

# Conselho investiga esterilização de índia

CRM da Bahia apura envolvimento de deputado e deve pedir que ele não use caminhão da saúde

Isabel de Paula

• BRASÍLIA. O Conselho Regional de Medicina (CRM) da Bahia abriu sindicância para apurar o envolvimento do médico e deputado federal Roland Lavigne (PFL-BA) com a esterilização de índias pataxós no Sul da Bahia. Ele é acusado por líderes pataxós de ter patrocinado laqueadura de trompas em índias na campanha eleitoral de 1994, em troca de votos, e de usar irregularmente verbas do Sistema Único de Saúde (SUS). Com base na reportagem

publicada pelo GLOBO no domingo, o CRM iniciou a investigação que poderá resultar na abertura de um processo ético-profissional contra Lavigne e na cassação de seu registro de médico.

O secretário-geral do Conselho Federal de medicina (CFM), Antônio Henrique Pedrosa, disse que o uso pelo deputado do caminhão da saúde (uma clínica móvel) fere o Código de Ética Médica. Equipado com ar-condicionado e aparelho de ultra-sonografia, o caminhão, avaliado em R\$ 200 mil, está percorrendo 40 municí-

pios do Sul da Bahia, um por dia. Candidato à reeleição, Lavigne faz campanha e, ao mesmo tempo, oferece gratuitamente exames pélvicos, vaginais, de próstata e de rins.

— O uso eleitoral da atividade profissional vai contra o código. Só isso pode provocar a punição do médico — disse Pedrosa.

O CRM da Bahia deverá recomendar a Lavigne que interrompa imediatamente a atividade no caminhão. Se ele não seguir a recomendação, terá uma agravante a mais incluída na sindicância

aberta pelo conselho. Lavigne pode sofrer várias punições, da advertência confidencial à cassação do registro profissional. A sindicância deverá durar dois meses. Só depois é que o conselho decidirá se abre processo contra ele.

O Ministério Público e a Polícia Federal na Bahia estão apurando a denúncia do envolvimento de Lavigne com irregularidades no uso de verbas do SUS mas até o momento não houve denúncia à Justiça nem conclusão do inquérito policial.

O caso das ligaduras de trom-

pas também está sendo apreciado pelo Ministério Público Federal. Pedrosa disse que o CRM deverá pedir ao Ministério Público todos documentos sobre a auditoria feita pelo Ministério da Saúde nos hospitais de propriedade do deputado na época. A auditoria mostrou que a Clínica Médica da Região Cacauera, em Una, que foi fechada devido a irregularidades, registrava as ligaduras de trompas como cirurgias de útero e de retirada de tumor do ovário, além de colpoperineoplastia (plástica vaginal). ■

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Documentação

Fonte: *ISA*

Data: 3/9/98 pg. 12

Class: 302.000.000

Classificação: 302.000.000